

## **ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS**

**Data:** 18 de junho de 2009

**Local:** IBP - Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto M. Aragão (MTE/SRTE/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); Antonio Colucci (FUNDACENTRO-RJ); Marcelo Felga (ANVISA); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Armando Vidigal (SYNDARMA); Luiz Molle (PETROBRÁS); Oton Corrêa (ABESPETRO); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Jailson Bispo (CONTTMAF); Adilson de Oliveira Siqueira (Assessor Técnico – Trabalhadores); Danielle da Motta Azevedo (Assessora Técnica – Trabalhadores); Maria Cristina Reis (Assessora Técnica – Empregadores); Franklin Rabelo (Assessor Técnico do Governo); Diego Folly Andrade (Assessor Técnico do Governo).

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi lida e aprovada a ata da 31ª RO sem correções.

3. Em seguida foi lida e colocada em discussão a proposta de governo para PPRA e PCMSO.
4. Os temas foram discutidos em separado e após debates chegou-se ao seguinte texto de consenso:

## **PPRA**

As Operadoras de instalação e empresas prestadoras de serviço a bordo de plataformas e instalações de apoio devem elaborar seus PPRA, obedecendo à regulamentação prevista na Norma Regulamentadora-NR-9, devendo atender complementarmente as seguintes regras específicas, conforme o caso:

1. Cabe ao operador da instalação elaborar um PPRA por Plataforma ou instalação de apoio, de acordo com o que preconiza a NR-09
2. O operador da instalação deve repassar às empresas prestadoras de serviço a bordo, as informações oriundas do desenvolvimento do PPRA em cada plataforma ou instalação de apoio, naquilo que disser respeito à atividade desenvolvida pelo prestador de serviço a bordo.
3. Na elaboração do PPRA devem ser consideradas:

- a. As disposições da NR-05 quanto à participação dos trabalhadores.
  - b. As metodologias para avaliação de riscos ambientais preconizadas na legislação brasileira, sendo que, na sua ausência, podem ser adotadas outras já consagradas internacionalmente ou estabelecidas em acordo ou convenção coletiva.
4. As empresas prestadoras de serviço a bordo devem, com base nos dados recebidos do operador da instalação, complementadas com levantamentos e informações específicas do processo de trabalho que realizam a bordo, elaborar e atualizar um PPRA para cada plataforma ou instalação de apoio onde atue.
5. A empresa prestadora de serviço que vier a desenvolver atividade que introduza risco não previsto no PPRA da Plataforma, deve informar a existência de tal risco ao operador da instalação, para que sejam adotadas as medidas de controle adequadas.

## PCMSO

As Operadoras de instalação e empresas prestadoras de serviço a bordo de plataformas e instalações de apoio devem elaborar seus PCMSO, obedecendo à regulamentação prevista na Norma Regulamentadora-NR-7, devendo atender complementarmente as seguintes regras específicas:

1. Cada empresa operadora da instalação e cada uma das empresas prestadoras de serviço a bordo de plataforma ou instalação de apoio devem elaborar seu PCMSO considerando separadamente os riscos previstos no PPRA de cada plataforma.
2. Deve ser mantido no serviço médico de bordo, podendo ser admitido em meio eletrônico, uma cópia do ASO de todos os trabalhadores que realizem serviços na plataforma por mais de 72 horas.

5. O texto sobre PCMSO discutido, ficou de ser referendado pela Bancada dos Empregadores para a sua aprovação final.

6. Em seguida o Sr. Coordenador retomou ao tema sobre CIPA, pendente na reunião passada, que foi aprovado com o seguinte texto:

12. Todas as decisões tomadas na reunião da CIPA do Operador da Instalação que digam respeito a sua empresa, devem ser incluídas na ata da CIPA da empresa prestadora de serviço, para a tomada das devidas providências.

7. Antes de encerrar, o Sr. Coordenador solicitou das partes mudança na pauta da próxima reunião, propondo incluir como temas: Inspeção Prévia (NR-2) e Pintura de Sinalização (NR-26) em Plataformas, justificando que estes temas tem sido objeto de recorrentes solicitações ao MTE e que as normas em vigor necessitavam ser adequadas a realidade das plataformas.

8. As bancadas avaliaram e aceitaram a inclusão dos novos temas para discussão.

9. Nada mais havendo a tratar, a 33ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 16 de julho de 2009 das 10h e 30 min. às 17h e 30 min, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para a continuidade das discussões.

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão de Plataformas**